

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX-UF.**

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da carteira de identidade n. XX.XXX SSP/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, domiciliado no ENDEREÇO, CEP: XX.XXX-XXX , telefones: (XX) XXXX-XXXX, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - NÚCLEO DE XXXXXXXX**, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na legislação vigente, ajuizar a presente

**AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS**

em face de sua filha, **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascida em XX/XX/XXXX, demais dados ignorados, domiciliada no ENDEREÇO, CEP: XXXXX-XXX, telefone: (XX) XXXXX-XXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

O requerente está obrigado mensalmente a prestar alimentos a sua filha: *FILHO DE TAL*, por força da r. sentença, proferida nos autos de Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável, processo n. XXXX.XX.X.XXXXXX-X, que tramitou na <sup>a</sup> Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXXX/UF, na importância equivalente a X% (X por cento) do salário mínimo, a ser depositada até o dia 10 de cada mês na conta bancária de titularidade da genitora da requerida, a saber: BANCO ; Ag: ; Conta-Poupança

, Operação .

Ressalte-se que na época em que os alimentos foram determinados, a alimentada era menor absolutamente incapaz. Contudo, **a Requerida, nascida em DIA de MÊS de ANO, atingiu a capacidade civil, conta com X anos. Ademais, encontra-se estagiando na área jurídica da XXXXX, percebendo-se, por volta de R\$ X.XXX,XX, a título de auxílio.** Cumpre ressaltar que o Requerente, idoso, encontra-se aposentado pelo INSS, percebendo a quantia correspondente a R\$ XXX,XX, encontra-se fazendo uso de medicamentos para controlar a pressão, comprometendo ainda mais sua aposentadoria.

Assim, necessário se faz a exoneração do valor dos alimentos devidos a Requerida, ou mesmo, em caso de indeferimento do pedido exoneratório, que o valor dos alimentos devidos a Requerida seja reduzido para o percentual de 15% do valor do salário-mínimo.

## **DO DIREITO**

É cediço que o *quantum* fixado nas prestações alimentícias não transita em julgado, podendo ser revisto a qualquer tempo se alteradas as condições financeiras do alimentante e/ou do alimentado. É a aplicação, em concreto, da cláusula *rebus sic stantibus*.

Cumpre analisar o disposto nos arts. 1.694 e 1. 699 do Código Civil, no pertine à obrigação alimentar:

*"Art. 1699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo."*

*"Art. 1694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo*

*compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.*

*§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.*

*§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia."*

Desta feita, há de se considerar, que houve mudança, tanto na situação financeira do Autor, e na situação da Ré, uma vez que encontra-se trabalhando, e percebendo sua própria remuneração.

Assim, atendendo ao binômio necessidade-possibilidade, percebe-se facilmente, que a alteração na condição financeira do Autor e da Ré, autorizando a exoneração ora pleiteada, nos termos das disposições contidas no art. 13 da Lei nº 5.478 - Lei de Alimentos - no que respeita à possibilidade de se modificar, a qualquer tempo, a pensão estabelecida, em razão da alteração do binômio necessidade-possibilidade:

*"Art. 13. O disposto nesta lei aplica-se igualmente, no que couber, às ações ordinárias de desquite, nulidade e anulação de casamento, à revisão de sentenças proferidas em pedidos de alimentos e respectivas execuções.*

*§ 1º Os alimentos provisórios fixados na inicial poderão ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes, mas o pedido será sempre processado em apartado."*

*"Art. 15. A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados."*

## **DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando presentes os pressupostos do art. 300 e seguintes do CPC, estando

presente a probabilidade do direito, bem como, a urgência na concessão do direito pleiteado pelo Autor.

Nesse sentido, as provas carreadas aos autos, que demonstram, **sem sombra de dúvidas, que a Ré já é maior, não estuda e já se encontra trabalhando, ou seja, aufera o necessário para seu sustento, não necessitando mais do auxílio do seu genitor.**

**Ademais, o Autor possui outros X (XXX) filhos menores que hoje dependem do mesmo para sua sobrevivência, conforme documentos anexos.**

Ainda, não há perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, posto que os alimentos, a qualquer tempo, podem ser revistos sobrevindo modificação da situação tanto do alimentante quanto do alimentado.

Com relação a *probabilidade do direito* também se acha presente na exposição do texto supracitado, que indica claramente a consonância do caso com a lei.

## **DOS PEDIDOS**

Posto isso, requer:

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
  
- b) a concessão da tutela provisória de urgência, com fulcro no art. 300 e ss do CPC, para exonerar a obrigação alimentar que o Autor tem em face da Ré, no percentual de X% (XXXX por cento) do salário mínimo, ou de forma alternativa, que o valor dos alimentos devidos a Ré seja reduzido para o percentual de X% do valor do salário-mínimo até o julgamento final da lide;

- c) A citação da Ré, para comparecer a audiência de conciliação/instrução e julgamento e querendo apresentar Contestação, sob pena de revelia;
- d) ao final o pedido seja julgado procedente, para decretar por sentença, a exoneração da obrigação alimentícia que o Autor tem em face da Ré, no percentual de X% (XXX por cento) do salário mínimo, ou em caso de indeferimento do pedido exoneratório, que o valor dos alimentos devidos a Ré seja reduzido para o percentual de XX% do valor do salário-mínimo;
- e) a **CONDENAÇÃO** da requerida ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais consectários legais, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária – PROJUR.

Requer ainda, por todos os meios de provas em direito admitidas.

Valor da causa: R\$ X.XXX,XX

Pede deferimento.

XXXXXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.

**FULANO DE TAL**

*Requerente*

**FULANO DE TAL**

*Defensor Público*